



PROCESSO Nº	:	200.948-0/2025
ASSUNTO	:	APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO
UNIDADE	:	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DE SANTO ANTONIO DO LEVERGER
INTERESSADA	:	MARIA LUCINETE DA SILVA
RELATOR	:	AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO LUIZ CARLOS AZEVEDO COSTA PEREIRA

PARECER Nº 2.814/2025

EMENTA: APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO. FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DE SANTO ANTONIO DO LEVERGER. RELATÓRIO TÉCNICO FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO REGISTRO. PARECER DESTE MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS PELO REGISTRO DAS PORTARIAS, BEM COMO PELA LEGALIDADE DA PLANILHA DE PROVENTOS PROPORCIONAIS PELA CORRESPONDENTES A 60% DA MÉDIA CONTRIBUTIVA, COM ACRÉSCIMO DE 2% POR ANO QUE EXCEDER O TEMPO DE 20 ANOS.

1. RELATÓRIO

1. Tratam os autos das Portarias que reconheceram o direito à **Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho**, com proventos correspondentes a 60% da média contributiva, com acréscimo de 2% por ano de contribuição que exceder o tempo de 20 anos, à **Sra. Maria Lucinete da Silva**, inscrita sob o CPF nº 329.228.331-00, servidora efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem, Anexo "03", Classe "A", Referência "02", contando com 08 anos, 02 meses e 29 dias de tempo de contribuição, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no município de Santo Antônio do Leverger/MT.





2. Inicialmente, os autos foram encaminhados para conhecimento da 5ª Secretaria de Controle Externo, que se manifestou pelo **registro da Portaria nº 082/2025**, sem análise quanto ao valor dos proventos, com fulcro na Resolução Normativa nº 03/2022.
3. Submetido o feito ao crivo desta Procuradoria de Contas, fora elaborado o **Pedido de Diligência nº 119/2025**, no qual solicitou-se citação da Gestora do PREVI-LEVERGER, para que retificasse a Portaria nº 082/2025, fazendo constar como os arts. 12, inciso I, art. 15 e 16, da Lei Complementar de Santo Antônio do Leverger nº 49/2022, e que os proventos serão correspondentes a 60% da média aritmética, com acréscimo de 2% por ano de contribuição que exceder o tempo de 20 anos de contribuição, bem como para que encaminhasse nova manifestação jurídica e a Unidade de Controle Interno, considerando a fundamentação correta do benefício.
4. O pedido foi acolhido pelo Relator (Decisão nº 622113/2025), que determinou a citação da gestora, que, a seu turno, encaminhou a Portaria nº 162/2025, que retificou a Portaria nº 082/2025, e as manifestações jurídica e da Unidade de Controle Interno.
5. Devolvido o feito à 5ª Secex, essa se manifestou pelo **registro da Portaria nº 162/2025**.
6. Retornaram, então, os autos para análise e parecer ministerial.
7. É o sucinto relatório dos fatos e do direito.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Introdução

8. A Constituição da República Federativa do Brasil conferiu ao Tribunal de Contas da União a competência para apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões na Administração Direta e Indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, ressalvadas as melhorias





posteriores que não alterem o fundamento legal do Ato Concessório, art. 71, III, da Constituição Federal. Tal competência estende-se aos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais de Contas dos Municípios, por força do art. 75, da Constituição Federal.

9. A referida competência consiste em ato de fiscalização promovido pelo controle externo, por meio do qual os Tribunais de Contas analisam a juridicidade e probidade dos encargos suportados pelo Erário, cancelando o ato administrativo, por natureza complexo, que reconheceu o direito à obtenção da aposentadoria.

10. Contudo, para que seja concedido tal benefício, devem ser preenchidos os requisitos constitucionais, sob pena de anulação do ato administrativo que o deferiu. Nesse sentido, indispensável manifestação do Ministério Público de Contas como fiscal da ordem jurídica.

2.2. Da Análise do Mérito

2.2.1. Das irregularidades apontadas pelo MPC

11. Quanto às irregularidades apontadas por este Ministério Público de Contas no Pedido de Diligência nº 119/2025, nota-se que a gestora encaminhou a Portaria nº 162/2025, que retificou a Portaria nº 082/2025, fazendo constar como os arts. 12, inciso I, art. 15 e 16, da Lei Complementar de Santo Antônio do Leverger nº 49/2022, e que os proventos serão correspondentes a 60% da média aritmética, com acréscimo de 2% por ano de contribuição que exceder o tempo de 20 anos de contribuição, bem como enviou nova manifestação jurídica e da Unidade de Controle Interno, considerando a fundamentação correta do benefício, **sanando as impropriedades**.

12. Superado esse ponto, passa-se à análise dos requisitos de aposentadoria.

2.2.2. Da análise da Aposentadoria

13. Para que seja possível deferir o pleito de aposentadoria, a beneficiária deve





preencher os requisitos constitucionais pertinentes. No caso em tela, como se trata de **Aposentadoria em razão de Incapacidade Permanente para o Trabalho**, é preciso observar os ditames do **art. 40, § 1º, inciso I, § 3º, § 17º**, da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 103/2019 c/c art. 12, inciso I, art. 15 e 16, da Lei Complementar nº 49/2022, que dispõe sobre a reestruturação, que assim versam:

Constituição Federal, com redação pela EC nº 103/2019

Art. 40 (...)

§ 1º O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado:

I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, **na forma de lei do respectivo ente federativo.**

(...)

§ 3º As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei do respectivo ente federativo.

(...)

§ 7º Observado o disposto no § 2º do art. 201, quando se tratar da única fonte de renda formal auferida pelo dependente, o benefício de pensão por morte será concedido nos termos de lei do respectivo ente federativo, a qual tratará de forma diferenciada a hipótese de morte dos servidores de que trata o § 4º-B decorrente de agressão sofrida no exercício ou em razão da função.

(...) (grifos nossos)

Lei Complementar nº 49/2022

Art. 12 Os servidores abrangidos pelo regime do PREVI-LEVERGER serão aposentados:

I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido quando insuscetível de readaptação, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, **exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas no art. 13:**

a) a incapacidade total e permanente do segurado para o serviço público, mediante exames médicos realizados segundo instruções emanadas do PREVI-LEVERGER e os proventos da aposentadoria serão devidos a partir do dia seguinte ao do desligamento do segurado do serviço;

(...)

Art. 15. Os proventos de todas as aposentadorias, resguardadas aquelas abarcadas por regras de transição com critérios próprios, terão como referência a média aritmética simples das remunerações e dos salários de





contribuição utilizados como base para as contribuições, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior aquela competência.

(...)

Art. 16. O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a 60% (sessenta por cento) da média aritmética definida na forma prevista no art. 15, com acréscimo de 2 (dois) pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição nos casos:

(...)

§ 2º O valor do benefício de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho que decorra de acidente de trabalho, doença profissional ou do trabalho, ou moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas no art. 13, corresponderá a 100% (cem por cento) da média contributiva calculada nos termos do art. 15.

(...) (destacamos)

14. Nos termos do art. 12 c/c art. 16 acima colacionados, o cálculo dos proventos corresponderá a 60% (sessenta por cento) da média definida na forma do *caput* e do § 1º do art. 26, com acréscimo de 2% (dois por cento) por ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição, salvo nos casos de incapacidade permanente decorrente de acidente do trabalho, doença profissional e doença do trabalho, quando o percentual da média corresponderá a 100%, conforme bem explica a Nota Técnica SEI nº 12212/2019/ME.

15. Como se observa do caso em tela, a Sra. Maria Lucinete da Silva **não faz jus** à regra da integralidade, uma vez que a sua enfermidade, conforme consta do Laudo Pericial, não integra o rol taxativo que assegura os proventos integrais.

16. Ademais, para que seja possível o registro da aposentadoria pleiteada, é necessário observar o cumprimento das seguintes formalidades:

Requisitos formais objetivos	Preenchimento dos requisitos por parte do beneficiário
Publicação da Portaria de Aposentadoria	As Portarias nº 082/2025 e 162/2025 foram publicadas no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso em 26/03/2025 e 11/07/2025, respectivamente;
Data de ingresso no serviço público	O ingresso no serviço público ocorreu em 17/11/2014, época posterior a 31/12/2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;





Tempo de contribuição	08 anos, 02 meses e 29 dias;
Tempo de Efetivo exercício nas funções de magistério	08 anos, 02 meses e 29 dias;
Tempo na carreira e no cargo	10 anos, 02 meses e 29 dias;
Proventos informados no APLIC	R\$ 1.518,00.

17. **Do exposto, conclui-se que a Sra. Maria Lucinete da Silva é beneficiária da Aposentadoria por Incapacidade Permanente para o Trabalho, com proventos correspondentes a 60% da média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações, com acréscimo de 2% por ano de contribuição que exceder o tempo de 20 anos de contribuição, posto que preencheu os requisitos de ordem subjetiva e objetiva para a sua concessão.**

3. CONCLUSÃO

18. Dessa forma, o **Ministério Público de Contas**, no exercício de suas atribuições institucionais, **manifesta-se pelo registro das Portarias nº 082/2025 e 162/2025**, publicadas em 26/03/2025 e 11/07/2025, respectivamente, bem como pela legalidade da planilha de proventos correspondentes a 60% da média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações, com acréscimo de 2% por ano de contribuição que exceder o tempo de 20 anos de contribuição.

É o Parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 14 de agosto de 2025.

(assinatura digital)¹
GUSTAVO COELHO DESCHAMPS
Procurador de Contas

¹Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

